



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO 1.104/2025

1 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alíneas “a” da Lei nº 14.133/21)

DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente Contratação Direta é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de Empresa especializada para **FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SOFTWARE DE SEGURANÇA KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS SELECT, COM UPGRADE PARA KASPERSKY ENDPOINT DETECTION AND RESPONSE OPTIMUM (EDR) FOUNDATIONS BRAZILIAN EDITION**, pelo período de 36 meses, incluindo suporte técnico e atualizações, em regime de **aquisição/renovação de licenças**, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste termo de referência.

DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.2 – O objeto a ser contratado é de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto e às descritas no Portal de Compras do Governo, prevalecerão às especificações constantes deste Termo de Referência.

1.4 - Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anuais para o ano de 2025.

1.5 - O serviço é enquadrado como contínuo e o prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de serviços de luxo, art. 91 do Decreto Municipal nº 3335/2023.

DA DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES, PREÇO UNITÁRIO E TOTAL MÁXIMO ESTIMADOS

1.7 - Os itens e as quantidades decorrem de Estudo Técnico Preliminar e devem atender as seguintes especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	PREÇO GLOBAL ESTIMADO R\$
01	Fornecimento de licença de software de segurança KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS SELECT, COM UPGRADE PARA KASPERSKY ENDPOINT DETECTION AND RESPONSE OPTIMUM (EDR) FOUNDATIONS BRAZILIAN EDITION, pelo período de 36 meses, incluindo	27456 (similar)	UNID	30	R\$ 275,34	R\$ 8.260,20





CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

	suporte técnico e atualizações continuadas, em regime de aquisição/renovação de licença.					
--	--	--	--	--	--	--

1.8 - O quantitativo de **30 (trinta) licenças** foi definido com base em técnica de dimensionamento da demanda, considerando o histórico da contratação anterior, que cobria 29 computadores e 1 servidor – relação dos bens em anexo - o que confirma a necessidade real e atual da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu:

Nº	Nº BEM PATRIMONIAL	ESPECIFICAÇÃO
01	1389	SERVIDOR WINDOWS SERVER
02	1220	COMPUTADOR - DESKTOP
03	1487	COMPUTADOR - DESKTOP
04	1370	COMPUTADOR - DESKTOP
05	1219	COMPUTADOR - DESKTOP
06	1331	COMPUTADOR - DESKTOP
07	1065	COMPUTADOR - DESKTOP
08	1246	COMPUTADOR - DESKTOP
09	1413	COMPUTADOR - DESKTOP
10	1484	COMPUTADOR - DESKTOP
11	1485	COMPUTADOR - DESKTOP
12	1248	COMPUTADOR - DESKTOP
13	1247	COMPUTADOR - DESKTOP
14	1315	COMPUTADOR - DESKTOP
15	1064	COMPUTADOR - DESKTOP
16	1332	COMPUTADOR - DESKTOP
17	1333	COMPUTADOR - DESKTOP
18	1302	COMPUTADOR - DESKTOP
19	1218	COMPUTADOR - DESKTOP
20	1306	NOTEBOOK HP
21	1367	NOTEBOOK LENOVO
22	1368	NOTEBOOK LENOVO
23	1369	NOTEBOOK LENOVO
24	1488	NOTEBOOK ASUS
25	1316	COMPUTADOR - DESKTOP
26	1242	COMPUTADOR - DESKTOP
27	1486	COMPUTADOR - DESKTOP
28	1371	COMPUTADOR - DESKTOP
29	1303	COMPUTADOR - DESKTOP
30	1414	COMPUTADOR - DESKTOP

1.9 - A proposta apresentada pelas empresas terá validade de 90 (noventa) dias a contar da abertura da sessão pública.





2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei nº 14.133/21)

DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - A presente contratação está respaldada pelo Estudo Técnico Preliminar, que precede a elaboração deste Termo de Referência e instrui o processo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 - A presente contratação está amparada nos arts. 72 e 75, II, da Lei nº 14.133/2021, e considerando que se trata de serviços comuns com valor estimado inferior a R\$ 62.725,59, conforme o Decreto Federal nº 12.343/2024, será realizada por contratação direta, na modalidade de dispensa de licitação.

DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.3 - Com o encerramento das licenças de três anos do software do antivírus *Kaspersky Endpoint Security for Business Select*, e como o prazo de renovação já expirou, torna-se fundamental garantir a continuidade da proteção dos dados da Câmara. A contratação do upgrade das licenças do antivírus *Kaspersky*, permitirá que os serviços de segurança sejam retomados sem interrupções.

2.4 - Proteger os equipamentos de tecnologia da informação da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu é fundamental para garantir que os dados do órgão permaneçam íntegros, confiáveis, confidenciais e disponíveis. Isso inclui os computadores, notebooks e servidor utilizados pelos funcionários e vereadores no dia a dia. Esses dispositivos são pontos de acesso direto à rede e às informações institucionais, o que os torna alvos potenciais de ataques cibernéticos. Por isso, é essencial adotar medidas de segurança eficientes para proteger esses equipamentos e os dados que eles armazenam.

2.5 - A Câmara lida diariamente com documentos oficiais, processos administrativos, dados pessoais de servidores, fornecedores e munícipes, além de informações orçamentárias e financeiras. Tais informações possuem caráter sensível e são atrativos para criminosos digitais que buscam utilizá-los para fins ilícitos, como roubo de identidade, fraudes e chantagens. Neste contexto observa-se um cenário crescente de ameaças cibernéticas, com o surgimento constante de novos *malwares*, *ransomwares*, ataques de *phishing* e golpes de engenharia social. Os dispositivos utilizados pelos colaboradores estão permanentemente expostos a essas ameaças, inclusive em contextos de *home office*, onde o controle físico e de rede é mais restrito.

2.6 - Adicionalmente, os equipamentos da Câmara exigem proteção reforçada, considerando seu papel essencial na infraestrutura de TI da instituição. Por armazenarem dados e oferecerem serviços críticos, um eventual comprometimento pode gerar indisponibilidade de sistemas, perda de informações e impactos significativos na continuidade dos serviços públicos.

2.7 - Assim, considerando a evolução das ameaças digitais e a descoberta diária de novas vulnerabilidades exploradas por softwares maliciosos, faz-se necessária a adoção de uma solução de antivírus corporativo capaz de oferecer proteção abrangente, com funcionalidades atualizadas para defesa contra esse tipo de ameaça.

2.8 - Logo, manter as licenças da solução do antivírus *Kaspersky Endpoint Security for Business – Select*, com upgrade para a versão *Kaspersky Endpoint Detection and Response Optimum (EDR) Foundations* – Edição Brasileira, configura-se como necessidade de ordem técnica, uma vez que a evolução para essa versão representa a continuidade natural da plataforma atualmente utilizada, garantindo compatibilidade plena com a infraestrutura tecnológica existente. Tal medida





é essencial para assegurar que os computadores e sistemas da Câmara permaneçam protegidos contra ameaças digitais, com níveis mais elevados de detecção, resposta e monitoramento de incidentes de segurança.

2.9 - Essa atualização técnica preserva as configurações e políticas de proteção já implantadas, reduz riscos de vulnerabilidades, evita retrabalhos e assegura a manutenção da eficiência operacional da rede corporativa. Assim, garante-se que os dados e informações da Câmara permaneçam seguros, permitindo que as atividades administrativas e legislativas funcionem normalmente e sem interrupções.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” da Lei nº 14.133/21)

3.1 - A presente contratação refere-se à aquisição de licenças de software *Kaspersky Next EDR Foundations – Edição Brasileira*, com funcionalidades atualizadas e suporte técnico, abrangendo todas as fases do ciclo de vida do objeto. Isso inclui a instalação e configuração inicial nos dispositivos da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, o uso operacional contínuo, a atualização periódica das funcionalidades e bases de proteção, o suporte técnico para resolução de incidentes e a renovação de licenças conforme necessário, garantindo a continuidade da proteção da informação e a confiabilidade dos sistemas.

3.2 - Essa solução assegura que os dados e sistemas permaneçam seguros, íntegros e disponíveis, permitindo o pleno funcionamento das atividades administrativas e legislativas, e preservando a continuidade operacional da Câmara durante todo o período de vigência do contrato.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d” da Lei nº 14.133/21)

4.1 - A participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Do tipo de licenciamento

4.2 - Licenciamento governamental/corporativo, em conformidade com as políticas da fabricante Kaspersky.

4.3 - Licenciamento com validade mínima de 36 meses (3 anos).

4.4 - Licenças vinculadas ao CNPJ da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu.

Das funcionalidades mínimas exigidas

4.5 - Proteção abrangente de endpoints

I - Implementação de anti-malware e anti-ransomware comprovados pelo setor;

II - Bloqueio de ameaças conhecidas e desconhecidas em arquivos, web e e-mails;

III - Controles de segurança aprimorados para dispositivos, aplicativos e rede.

4.6 - Console de gerenciamento centralizado

I - Console baseado na nuvem, permitindo gerenciamento unificado e centralizado de todos os endpoints;

II - Monitoramento em tempo real dos dispositivos;

III - Resposta básica a incidentes diretamente pelo console.

4.7 - Análise de ameaças e descoberta na nuvem

I - Avaliação de vulnerabilidades e detecção de atividades suspeitas na rede;

II - Descoberta de dispositivos conectados e visualização de sua segurança;





III - Análise de causa raiz de ataques avançados e fornecimento de roteiros visuais das ameaças.

4.8 - Controle de aplicativos, web e dispositivos

- I- Prevenção de atividades arriscadas por usuários;
- II - Aplicação de políticas de segurança em Windows, MacOS, iOS, Android e Linux;
- III - Gerenciamento de permissões e restrições de aplicativos e dispositivos.

4.9 - Varredura automatizada de vulnerabilidades

- I- Identificação automática de softwares desatualizados ou vulneráveis;
- II - Emissão de alertas sobre falhas de segurança ou riscos detectados;
- III - Fornecimento de recomendações de ações corretivas para mitigação de riscos.

4.10 - Eficiência operacional e integração com o ambiente existente

- I - Compatibilidade com a infraestrutura tecnológica já consolidada na Câmara;
- II - Operação contínua com mínima necessidade de intervenção;
- III - Aproveitamento do conhecimento técnico da equipe de TI na plataforma já implantada.

4.11 - Suporte técnico e documentação em português (Edição Brasileira)

- I - Atendimento especializado em língua portuguesa;
- II - Orientações para configuração, monitoramento e resolução de incidentes;
- III- Disponibilização de material técnico e guias em português, garantindo conformidade regulatória e facilidade de gestão.
- IV - Suporte técnico oficial da fabricante ou representante autorizado durante todo o período de vigência das licenças contratadas, contemplando manutenção corretiva e evolutiva.
- V - Atualizações automáticas de assinaturas e patches de segurança.

4.12 - Compatibilidade técnica

- I- Compatibilidade com **Windows 10/11 Professional e Windows Server** em uso na Câmara.
- II - Suporte a integração com a infraestrutura atual de rede da Câmara.
- III - Interface de gerenciamento em português.

4.13 - Garantia do fabricante / credenciada: cobertura de correção de defeitos, falhas de funcionamento, e problemas de ativação/licenciamento do software, sem custos adicionais para a Câmara, pelo período de vigência do contrato (36 meses). Deve incluir também a disponibilização de *hotfixes* (correções rápidas desenvolvidas pelo fabricante de um software para resolver falhas específicas ou vulnerabilidades de segurança que não podem esperar a próxima atualização oficial completa) e correções de segurança fornecidas pelo fabricante.

4.14 - Disponibilidade de suporte técnico: atendimento em língua portuguesa, por meio de canais telefônico, e-mail e chat, em horários previamente definidos.

4.15 - Documentação: entrega de documentação técnica completa, atualizada e em português, contemplando instalação e configuração das licenças.

4.16 - Treinamento: disponibilização de treinamento (presencial ou remoto) ao pessoal responsável pela administração da solução, com conteúdo prático sobre operação do console, investigação de alertas e ações de mitigação.

4.17 - Atualizações e melhorias: garantia de acesso a todas as atualizações de versão, bases de detecção e melhorias disponibilizadas pelo fabricante durante o período de validade das licenças (36 meses).





Justificativa para a indicação de marcas

4.18 - A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 41, inciso I, alínea “b”, permite que a Administração indique marca ou modelo específico quando necessário para **manter compatibilidade com plataformas e padrões já adotados**. A escolha da solução *Kaspersky Next EDR Foundations* – Edição Brasileira encontra amparo legal e está devidamente justificada no presente processo administrativo.

4.19 - A Câmara Municipal de Casimiro de Abreu já utiliza a solução Kaspersky, garantindo compatibilidade plena com as configurações, rotinas e protocolos de proteção existentes. Mesmo com o contrato anterior encerrado, a infraestrutura tecnológica continua integrada à plataforma, assegurando estabilidade, continuidade operacional e segurança nos sistemas institucionais.

4.20 - **A manutenção da mesma solução proporciona padronização técnica, evitando riscos de incompatibilidade, retrabalho na configuração de sistemas, perda de histórico de segurança e interrupções nos serviços administrativos e legislativos**. Além disso, minimiza a necessidade de treinamentos adicionais da equipe de TI e ajustes operacionais complexos, promovendo eficiência operacional e otimização de recursos públicos.

4.21 - A marca Kaspersky é reconhecida internacionalmente por sua eficácia na detecção e mitigação de ameaças digitais, oferecendo a edição Next EDR Foundations com recursos avançados de monitoramento, análise comportamental e resposta a incidentes em tempo real. A Edição Brasileira disponibiliza interface em português, suporte técnico nacional e conformidade com normas de *compliance* e com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), facilitando a gestão técnica e garantindo atendimento às exigências legais.

4.22 - Ademais, a indicação da marca **não restringe a concorrência**, uma vez que a contratação poderá ser realizada por qualquer revendedor ou distribuidor autorizado da linha Kaspersky. A continuidade da solução já padronizada garante segurança, eficiência e confiabilidade, evitando gastos adicionais com migração, adaptação ou implementação de novas plataformas, consolidando a proteção dos sistemas e dados da Câmara.

Justificativa para a não participação de consórcios

4.23 - Considerando a natureza do objeto desta contratação, **não se admite a participação de empresas em consórcio**, uma vez que o objeto não possui vulto ou complexidade que exija a associação entre participantes. A doutrina especializada reforça que a Administração Pública autoriza consórcios apenas quando as dimensões e a complexidade do objeto exigem que poucas empresas possam atender às condições especiais da licitação (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021*, São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 293).

“É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto e as circunstâncias concretas exijam a associação entre os participantes. São as hipóteses em que apenas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação.” JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e contratações administrativas: lei 14.133/2021**, São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 293.

4.24 - Adicionalmente, recomenda-se a permissão para consórcios somente em casos de objetos complexos, vultosos ou que demandem **alta capacidade técnica ou econômico-financeira**, situação que não se aplica à presente contratação (SARAI, Leandro. *Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14.133/21*, São Paulo: Editora Jus Podivm, 2021, p. 303). **Dessa forma, a restrição à participação em consórcios assegura competição efetiva e adequada, preservando o interesse público**.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

“A participação dos consórcios em licitações públicas sempre deve ser analisada tomando-se como norte a competição. Recomenda-se tal permissão em caso de objeto complexo, vultoso, que exija alta capacidade técnica ou econômico financeira.” SARAI, Leandro (organizador). **Tratado da nova lei de licitações e contratos administrativos: lei 14.133/21 comentada por advogados públicos**, São Paulo: Editora Jus Podivm, 2021, p. 303.

Qualificação técnica

4.25 - Na Administração Pública, o fabricante *Kaspersky* atua por meio de revendas credenciadas. Assim, a empresa contratada deve integrar a rede oficial de fornecedores, estar habilitada para contratos de licenciamento e apresentar, junto à proposta, documento ou declaração do fabricante comprovando sua condição de revenda ou representação autorizada, assegurando a execução do contrato.

4.26 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) Utilização de infraestrutura em nuvem – permite uso mais eficiente de recursos computacionais e energéticos;
- b) Otimização de consumo de energia – antivírus que não sobrecarregam o hardware contribuem com menor consumo energético;
- c) Redução de papel – licenciamento, suporte e documentação digital eliminam necessidade de impressões;
- d) Compatibilidade com equipamentos existentes - pois evita descarte ou substituição de máquinas, prolongando sua vida útil;
- e) Minimização do uso de recursos computacionais - softwares que exigem menos do processador e da RAM reduzem o impacto ambiental.

Subcontratação

4.27 - É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, por se tratar de fornecimento de licenças de software vinculadas ao fabricante *Kaspersky*, cuja execução e suporte devem ser realizados diretamente por fornecedor autorizado, a fim de garantir a segurança, a rastreabilidade e a conformidade técnica do licenciamento.

Garantia da contratação

4.28 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

- a) Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
- b) A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.
- c) A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo da contratação.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

5.1 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1.1 – As licenças do antivírus *Kaspersky Next EDR Foundations Brazilian Edition* deverão ser instaladas em 30 (trinta) equipamentos localizados no prédio sede da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, sito à Praça Feliciano Sodré, nº 384 – Centro – Casimiro de Abreu/RJ.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

5.1.2 – O fornecimento das licenças será realizado em **parcela única**, atendendo integralmente à quantidade contratada.

5.1.2.1 – As licenças deverão ser entregues, ativadas e instaladas em até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de publicação do Termo de Autorização de Prestação dos Serviços emitido pela Câmara Municipal, devendo a contratada realizar todos os procedimentos no horário das **09h às 16h**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

5.1.2.2 - A entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, bem como de toda a documentação técnica necessária para comprovar a autenticidade das licenças, incluindo chaves de ativação, acesso ao painel de gerenciamento e instruções de suporte.

5.1.3 - A instalação, configuração e ativação das licenças serão realizadas em conjunto com a equipe técnica da Câmara, contando com a presença onsite da equipe técnica da CONTRATADA, garantindo total suporte durante todas as etapas do processo.

5.1.3.1 – A Câmara poderá, a seu critério, optar pela realização da instalação e configuração **por atendimento remoto**, sem qualquer ônus adicional.

5.1.4 – O prazo de execução contratual será de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

DO CONTRATO:

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - A Câmara fiscalizará a execução do contrato, em todas as suas fases, obrigando-se a Contratada a facilitar o trabalho de equipe encarregada pela fiscalização, prestando-lhe informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e ainda atendendo as suas solicitações e determinações desde que não sejam conflitantes com o estabelecido no contrato.

6.3 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Câmara ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Câmara dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

6.4 - A Câmara se reserva o direito de recusar toda e qualquer forma de serviço que não atenda às especificações deste Termo de Referência ou do Edital e seus Anexos.

6.4.1 - Em caso de manifestação de desistência do Prestador de Serviços, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

6.4.2 - A eventual rescisão se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, não cabendo, à fornecedora, direito a qualquer indenização.





DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.5 - A gestão do objeto a que se refere o presente Termo de Referência será executada sob a direção e responsabilidade do Sr. **THIAGO FABIANO JARDIM MAURINO**, servidor designado pela Câmara.

6.6 – A fiscalização será executada pelo Sr. **FELIPE PASCHOAL LINHARES**, servidor designado pela Câmara, que fiscalizará observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas como prevê o Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, entre outras providências:

- a) Sustar, no todo ou em parte, a prestação de serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
- b) Recusar qualquer objeto que não atenda às especificações contidas no Contrato;
- c) Solicitar a imediata substituição dos objetos que não se apresentarem em boas condições ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.7 - Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da Contratada o fiscal do contrato deverá de imediato comunicar por escrito ao Gestor do Contrato, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no edital, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

6.8 - Serão atividades inerentes à Fiscalização:

- a) Manter sob sua guarda o processo de contratação, durante toda a vigência do contrato, observando e controlando o prazo de sua vigência.
- b) Providenciar solução junto à Contratada de quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais;
- c) Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
- d) Apresentar, quando solicitado pelo Gestor, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;
- e) Manter controle adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual;
- f) Propor medidas que melhorem à execução do contrato;
- g) Acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega dos mesmos e de tudo dar ciência à Contratada, para a fiel execução do objeto durante toda a vigência do Contrato;
- h) Sustar, recusar a prestação de serviços, que esteja em desacordo com as constantes do Termo de Referência, determinando para a correção de possíveis falhas ou substituições do objeto em desconformidade com o solicitado;
- i) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal Eletrônica enviada pela Contratada;
- j) Encaminhar para autorização do Ordenador de Despesa e posterior liquidação e pagamento.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.9 - O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.9.1 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela CÂMARA, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:





- a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o fornecimento ocorreu regularmente;
- b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
- c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- e) Seja informado quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

DO REAJUSTE

6.10 - Para fins do cálculo de eventuais e futuros reajustes, adota-se o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), após o período de 36 (trinta e seis) meses, visto que o pagamento se dará em uma única parcela no início do ajuste.

6.10.1 - Na eventualidade de extinção do ICTI, será adotado o índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência deste, outro índice que reflita a variação dos custos no setor de tecnologia da informação, conforme acordado entre as partes.

6.11 - Registros que não caracterizam alteração do Contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

6.12 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Jurídica da Câmara.

DAS ALTERAÇÕES

6.13 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

DO RECEBIMENTO

7.1 - Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, juntamente com a nota fiscal eletrônica, pelo servidor responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 - O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal eletrônica, após a verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e consequente aceitação mediante termo.

7.2.1 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal eletrônica no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





7.3.1 - O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal eletrônica, verificadas pela Câmara durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.5 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação por escrito (via *WhatsApp* ou e-mail), às suas custas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, mantendo-se o preço inicialmente contratado, sujeitando-se a Contratada às penalidades previstas na legislação e neste Termo de Referência, se não ocorrer a substituição ou correção.

DA FORMA DE PAGAMENTO

7.6 - O pagamento será efetuado em moeda corrente do País, pela Tesouraria da Câmara, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, da data final do período de adimplemento da obrigação.

7.6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário ou transferência na conta corrente da Contratada, conforme informações apresentadas pela mesma.

7.6.2 - Será considerado adimplemento, a data em que o Fiscal do Contrato, der o RECEBIMENTO do material ou serviço especificado na respectiva Ordem de Início.

7.6.3 - Será solicitada a emissão de nota fiscal eletrônica, após a concretização dos serviços, que será entregue ao Fiscal do Contrato e posteriormente encaminhada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do RECEBIMENTO, a respectiva Nota Fiscal Eletrônica isenta de erros que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da CÂMARA, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.6.4 - A Contratada deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o serviço evidenciado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços.

7.6.5 - A Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, emitida pela Contratada deverá conter no seu corpo o percentual e o valor do Imposto de Renda a ser retido, decorrentes da prestação de serviços ou fornecimento de bens contratados, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

7.6.6 - As retenções mencionadas acima serão recolhidas no momento do pagamento da Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, após ser atestada e liquidada, aos cofres municipais, nos termos da lei.

7.6.7 - O pagamento não será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

7.6.8 - O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidade, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora, o seu preço total e o valor do IR a ser retido se for o caso;

II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- III – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;
- IV – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;
- V – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

7.6.9 - O pagamento à Contratada será efetuado de acordo com o requisitado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços, discriminando no requerimento, o(s) item(ns) licitado(s) com as devidas especificações, quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da Câmara, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em **até 15 (quinze) dias úteis**, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.6.10 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Câmara.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na modalidade ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que será exclusiva para ME/EPP/MEI.

8.2 - O critério de julgamento será o MENOR PREÇO.

8.3 - Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

8.4 - Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da prestação do objeto.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/21)

9.1 - A pesquisa de preços mercadológica será realizada pela Diretoria de Suprimentos da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, com vistas ao ajuste do preço, que irá constar de Anexo a este Termo de Referência, para efeitos de classificação e contratação.

9.2 - Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

9.3 - Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da prestação dos serviços.





10 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

10.1 - Os recursos necessários para realização das despesas com a eventual contratação correrão a conta da previsão orçamentária da Câmara para o exercício de 2025, a saber: no Programa de Trabalho 01.031.0200.2903.0000 e no Elemento de Despesa 3.3.90.40.00.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 - Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega para representá-lo na execução do Contrato.

11.1.1.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Câmara, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.1.3 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Câmara, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.6 - Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Câmara ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.7 - Manter a regularidade junto ao SICAF.

11.1.7.1 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede da Contratada, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Câmara e não poderá onerar o objeto do Contrato.

11.1.9 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.1.10 - Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pela Câmara ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.1.11 - Paralisar, por determinação da Câmara, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

11.1.13 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.14 - Submeter previamente, por escrito, a Câmara, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do serviço, de acordo com os documentos anexos a este instrumento.

11.1.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

11.1.16 - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

11.1.17 - Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

11.1.17.1 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

11.1.18 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

11.1.19 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja





suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.20 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Câmara.

11.1.21 - Executar o objeto da contratação, de acordo com este Termo de Referência e com as normas e especificações técnicas.

12 - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

12.1 - São obrigações da Câmara:

12.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e seus anexos.

12.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.

12.1.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.

12.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.

12.1.5 - Comunicar a Contratada para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.6 - Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

12.1.7 - Aplicar a Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

12.1.8 - Dar ciência à Procuradoria Jurídica para as providências com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pela Contratada.

12.1.9 - Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1 - A Câmara terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.1.10 - Responder aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro efetuados pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze dias) dias, admitida a prorrogação motivada, uma única vez, por igual período.

12.1.11 - A Câmara não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





12.1.12 - O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios da Contratada e a Câmara.

13 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.3 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.4 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.5 - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao fornecedor, licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto a Câmara.

13.6 - O Fornecedor, Licitante ou Contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto a Câmara e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.7 - A Câmara deverá remeter o extrato do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para a publicação no Diário Oficial do Município, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13.8 - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Diretoria de Controle Interno da Câmara, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

14 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.





14.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

14.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 - A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 - A Câmara poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 - A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Câmara, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15 – DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

O Termo de Referência foi elaborado pela Comissão de Planejamento, nomeada pela Portaria 055/2025, composta pelos seguintes servidores: Cláudia da Conceição Joaquim, mat. 001/PL; Gleice Rosa da Silva Mescolin, mat. 024/PL e Felipe Paschoal Linhares, mat. 643.





CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU

RUA FELICIANO SODRE, Nº 384 - CENTRO - CNPJ: 30.407.084/0001-43

CASIMIRO DE ABREU/RJ - CEP 28.860-000

FONE: (22) 2778-1183



CÓDIGO DE ACESSO

7FF4853454DF4F87A4A9FED12F920F4C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://cmcasimirodeabreu.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/7FF4853454DF4F87A4A9FED12F920F4C>